

Itajaí, 16 de Dezembro de 2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE JARDINAGEM, MUDAS DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Obras.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo	Matrícula	E-mail
Ana Paula Pelegrini	Assessor I	1097803	ana.pelegrini@itajai.sc.gov.br
Adilaine Cristina Furtado	Assessor II	1408805	adilaine.furtado@itajai.sc.gov.br
Paulo Ricardo da Silva	Assessor I	1629502	paulo.ricardo@itajai.sc.gov.br

2 – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

O Horto Municipal de Itajaí desempenha papel fundamental na produção e fornecimento de mudas e insumos essenciais para a manutenção das áreas verdes do município, apresentando uma demanda crescente, especialmente em períodos de maior atividade paisagística.

A ata de registro de preços 129/2024, para mudas de flores estava vigente até setembro de 2025, o que garantiu a continuidade do fornecimento desses itens até então. Entretanto, a Ata de Registro de Preços 002/2024 referente aos insumos para jardinagem encontra-se vencida desde março de 2025, fato que compromete a regularidade e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Obras.

Essa lacuna contratual impõe desafios à gestão administrativa, dificultando o planejamento eficiente das aquisições, que podem resultar em preços elevados e menor competitividade.

Considerando ainda a variação sazonal e a imprevisibilidade da demanda, especialmente em função das condições climáticas e eventos municipais, é necessário implementar um modelo de contratação que ofereça flexibilidade e segurança no fornecimento, assegurando a continuidade dos serviços e a conservação das áreas verdes.

Por isso, a adoção do sistema de registro de preços para aquisição futura e eventual de insumos e mudas se mostra a alternativa mais adequada para suprir essas necessidades, promovendo eficiência, economia e transparência.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) do Município de Itajaí para o exercício corrente, elaborado pela Secretaria Municipal de Obras, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

A inclusão do fornecimento de insumos de jardinagem e mudas de flores no PCA demonstra o planejamento estratégico da Administração para garantir a manutenção e o embelezamento das áreas verdes do município, alinhando a contratação às necessidades operacionais e orçamentárias.

Tal previsão assegura a conformidade legal e a transparência dos processos licitatórios, permitindo a programação adequada dos recursos públicos e evitando contratações emergenciais ou não planejadas.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação

A contratação deverá garantir o fornecimento futuro e eventual de insumos de jardinagem e mudas de flores ornamentais destinados a manutenção das áreas verdes do Município de Itajaí, atendendo as necessidades operacionais do Horto Municipal e da Secretaria Municipal de Obras.

Para assegurar a qualidade e a adequação dos itens ao uso previsto, os produtos a serem registrados em ata deverão atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

1. Requisitos relativos às mudas ornamentais
 - 1.1. Boas condições Fitossanitárias, livres de pragas, doenças e danos mecânicos.
 - 1.2. Porte, vigor e formação adequadas ao plantio imediato o conforme características botânicas da espécie.
 - 1.3. Compatibilidade climática com a região de Itajaí, garantindo sobrevivência e desenvolvimento adequado em ambiente urbano.
 - 1.4. Procedência idônea, com produção em viveiros regularizados e em conformidade com normas sanitárias e fitossanitárias aplicáveis.
2. Requisitos relativos aos insumos de jardinagem
 - 2.1. Insumos devem atender a padrões mínimos de qualidade, observadas as normas técnicas pertinentes.
 - 2.2. Produtos sujeitos a controle sanitário deverão possuir validade adequada ao uso e acondicionamento íntegro no momento da entrega.
 - 2.3. Quando aplicável, os produtos devem atender às normas ambientais, fitossanitárias e de qualidade vigentes.
3. Requisitos do Fornecedor

- 3.1. Capacidade técnica e logística compatível com o atendimento da demanda futura e eventual prevista no Sistema de Registro de Preços.
- 3.2. Regularidade para o exercício da atividade, incluindo licenças, registros ou autorizações legalmente exigidas para a comercialização de insumos e mudas, quando aplicáveis.

5. Estimativas das quantidades para contratação

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise do consumo médio dos últimos exercícios, nas atividades rotineiras do Horto Municipal e na programação prevista para a manutenção e revitalização das áreas verdes do Município de Itajaí ao longo do próximo período de 12 (doze) meses.

No caso dos insumos de jardinagem (como substratos, fertilizantes, corretivos e demais materiais de apoio), a necessidade de nova contratação torna-se urgente, visto que a ata de registro de preços anterior se encontra vencida desde março do corrente ano. Desde então, o Horto vem enfrentando dificuldades operacionais para atender à demanda, sendo necessário restabelecer o fornecimento regular desses itens essenciais.

Já para as sementes e mudas de flores ornamentais, exista ata de registro de preços, sua validade expirou no mês de setembro. Considerando os prazos legais e operacionais para a realização do novo procedimento licitatório, é necessário iniciar a contratação com a devida urgência, a fim de evitar descontinuidade no abastecimento e prejuízos às ações de plantio e paisagismo previstas no primeiro semestre de 2026.

Dessa forma, as quantidades previstas na nova contratação contemplam tanto a reposição da cobertura contratual referente aos insumos de jardinagem, quanto a renovação antecipada do fornecimento de mudas, com projeção baseada na demanda anual estimada. As quantidades serão detalhadas no Termo de Referência, conforme levantamento realizado pela equipe do Horto Municipal, levando em consideração fatores como sazonalidade, eventos programados, áreas atendidas e volume médio de consumo.

6. Levantamento mercadológico.

Trata-se de levantamento mercadológico com a finalidade de subsidiar eventual e futura aquisição de insumos de jardinagem, mudas, flores e plantas ornamentais para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí. Os referidos insumos são utilizados de forma contínua na manutenção de áreas verdes, praças, canteiros, vias públicas e demais espaços urbanos sob responsabilidade da Administração Municipal, sendo caracterizada a necessidade recorrente e variável ao longo do exercício.

No mercado fornecedor, identificam-se diferentes formas de aquisição, dentre as quais destacam-se: a compra direta e pontual, a aquisição por meio de sementes e mudas em sistema de plug para posterior repicagem e produção própria, a obtenção de adubos por meio de compostagem municipal ou aquisição esporádica de fertilizantes prontos, bem como a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços.

A compra direta e pontual, embora possível em situações específicas ou emergenciais, apresenta limitações quanto à economicidade, uma vez que geralmente resulta em preços unitários mais

elevados e maior repetição de procedimentos administrativos. Já a aquisição de sementes e mudas em plug possibilita a produção interna de mudas pelo município, reduzindo custos a médio e longo prazo; contudo, tal alternativa demanda estrutura adequada, mão de obra especializada e prazo maior até a disponibilização das plantas para uso, não atendendo integralmente às necessidades imediatas de manutenção urbana.

No que se refere aos adubos e insumos orgânicos, observa-se que a compostagem municipal constitui alternativa ambientalmente adequada e economicamente vantajosa, sobretudo quando utilizada de forma complementar, permitindo o reaproveitamento de resíduos orgânicos e a redução de gastos com fertilizantes comerciais. Ainda assim, a aquisição eventual de adubos prontos mostra-se necessária para suprir picos de demanda ou situações específicas em que a produção própria não seja suficiente.

Dentre as alternativas analisadas, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a modalidade mais adequada para a contratação dos insumos em questão. Tal sistema permite o registro prévio de fornecedores e preços, viabilizando aquisições de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral das quantidades estimadas. Essa característica confere maior flexibilidade à gestão, evita formação de estoques desnecessários e reduz perdas decorrentes da perecibilidade dos produtos.

Sob o aspecto econômico, o Sistema de Registro de Preços favorece a ampliação da competitividade entre fornecedores, possibilitando a obtenção de preços mais vantajosos ao Município, além de reduzir custos administrativos decorrentes da repetição de processos licitatórios para objetos de mesma natureza. Do ponto de vista técnico, a modalidade permite a definição prévia de padrões mínimos de qualidade, requisitos fitossanitários e condições de fornecimento, assegurando a adequada execução dos serviços de manutenção urbana.

Dessa forma, considerando a natureza contínua e variável da demanda, a necessidade de racionalização dos gastos públicos e a busca pela maior eficiência administrativa, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços como a forma mais econômica e vantajosa para eventual e futura aquisição de insumos de jardinagem, mudas, flores e plantas ornamentais, possibilitando o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras de Itajaí de maneira planejada, eficiente e alinhada aos princípios da administração pública.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa inicial, de acordo com a pesquisa de mercado, bem como banco de preço, será **R\$ 6.797.152,40 (seis milhões, setecentos e noventa e sete, cento e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).**

8. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O método mais vantajoso se dará através do sistema de Registro de Preços, pregão eletrônico, menor preço por item.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Considerando a natureza homogênea dos itens a serem adquiridos, todos relacionados à manutenção de áreas verdes e paisagismo, e a necessidade de padronização no fornecimento dos

insumos e plantas, optou-se pelo não parcelamento da contratação. A divisão da contratação poderia comprometer a economia de escala, gerar aumento de custos e dificultar a gestão e fiscalização contratual. Além disso, a contratação unificada favorece a obtenção de melhores condições comerciais, com maior eficiência logística e operacional.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

A presente contratação para eventual e futura aquisição de insumos de jardinagem, mudas de flores e plantas ornamentais não possui contratações interdependentes, uma vez que se refere exclusivamente ao fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização de áreas verdes, sem vínculo técnico ou operacional obrigatório com outros contratos vigentes. Contudo, pode-se considerar a existência de contratações correlatas no âmbito da Administração, tais como serviços de manutenção de jardins e paisagismo, remoção de resíduos orgânicos provenientes de poda e limpeza, bem como a manutenção de sistemas de irrigação.

Tais contratações, embora relacionadas à mesma finalidade geral de preservação paisagística e ambiental, são executadas de forma autônoma e não dependem diretamente do fornecimento ora em análise, sendo, portanto, caracterizadas como complementares, mas não interdependentes.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Com a realização da presente contratação, pretende-se alcançar maior economicidade por meio da centralização das aquisições de insumos de jardinagem, mudas de flores e plantas ornamentais, permitindo o planejamento estratégico do uso desses materiais ao longo do período contratual.

A adoção do modelo de contratação por registro de preços, com entregas sob demanda, evitará o acúmulo desnecessário de estoques, reduzindo desperdícios e otimizando os recursos financeiros da Administração. Além disso, a padronização dos insumos adquiridos possibilitará um melhor aproveitamento da mão de obra disponível, uma vez que os servidores e/ou equipes contratadas para manutenção das áreas verdes trabalharão com materiais já conhecidos e adequados às necessidades locais, reduzindo o tempo de adaptação e aumentando a eficiência operacional.

Do ponto de vista logístico, a contratação unificada facilita o controle e fiscalização, contribuindo para uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos públicos.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

No que se refere às providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, verifica-se que não há necessidade de adequações estruturais, operacionais ou administrativas adicionais para a execução do objeto. O Município de Itajaí dispõe de Horto Municipal devidamente estruturado, com instalações físicas adequadas, espaço suficiente para o recebimento, armazenamento temporário, manejo e acondicionamento de mudas, plantas, insumos de jardinagem e demais materiais correlatos.

Ressalta-se que o quadro de servidores e colaboradores atualmente lotados no Horto Municipal encontra-se devidamente capacitado e habituado às rotinas de manejo, plantio, repicagem, manutenção e distribuição de mudas e insumos, possuindo conhecimento técnico e experiência compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do contrato. Dessa forma, não se faz necessária a contratação adicional de mão de obra, tampouco a realização de treinamentos específicos ou adaptações de procedimentos internos.

No que diz respeito aos aspectos logísticos, a Administração Municipal conta com infraestrutura, equipamentos e meios de transporte adequados para assegurar o recebimento, conferência, armazenamento e distribuição dos materiais, possibilitando que o fornecimento ocorra de maneira contínua e sem prejuízo às atividades rotineiras da Secretaria Municipal de Obras.

Adicionalmente, a Administração designará formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente, competindo aos servidores responsáveis o acompanhamento da execução contratual, a fiscalização do recebimento dos materiais, a verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas e a adoção das providências necessárias em caso de inconformidades.

Dessa forma, conclui-se que o ambiente institucional, operacional e logístico já se encontra plenamente apto à execução do objeto, não sendo exigidas providências prévias relevantes por parte da Administração, o que contribui para a adequada e eficiente operacionalização do contrato, sem a necessidade de maiores intervenções ou investimentos adicionais.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O município deverá aferir, quando da aquisição, se o fornecedor possui licenças para funcionamento junto aos órgãos ambientais competentes para assim minimizar a impactos ambientais ao longo do seu ciclo, desde a extração das matérias-primas até o transporte e aplicação.

Portanto, a exigência e o compromisso com relação às licenças serão solicitados ao contratante no momento da aquisição dos materiais. Esse processo garante que o fornecedor cumpra as regulamentações ambientais e opere legalmente, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental nas práticas de compras.

14. Justificativa técnica da não aplicação do tratamento favorecido.

Em atenção ao dever de motivação e ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, justifica-se o afastamento do tratamento favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) previsto na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, por razões de proporcionalidade técnica, econômico-financeira e de regularidade concorrencial.

O procedimento licitatório em curso é organizado por item, abrangendo vários itens com características e exigências distintas. A aplicação do tratamento favorecido item a item, sem observância das vedações legais e dos limites de capacidade técnica e financeira, poderia:

- Incentivar a fragmentação artificial do objeto (subcontratações ou divisão indevida dos serviços/bens) com vistas a enquadramento de fornecedores de menor porte, comprometendo a eficiência, a padronização e o controle contratual;

- Comprometer a execução integral e a gestão dos contratos pela exigência técnica/operacional de integração entre itens — situação em que a contratação por múltiplos fornecedores de muito reduzida estrutura (MEI/ME) poderia gerar risco operacional e aumento de custos;
- Tornar inadequada a aplicação do regime favorecido quando o valor estimado de determinados itens excede limite compatível com a capacidade do enquadramento de ME/EPP/MEI, conforme previsão legal;
- Fragilizar a competitividade equilibrada do certame, ao permitir que a diferenciação de tratamento se aplique indiscriminadamente a itens cuja natureza, complexidade ou valor tornem inadequada a contratação por fornecedores de microestrutura.

Diante disso, e amparado pelo artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 — que disciplina a aplicação (e as exceções) das disposições da Lei Complementar nº 123/2006 — entende-se justificado afastar, no edital e nos atos preparatórios, o regime de preferência/benefício às ME/MEI relativamente aos itens que, pela estimativa de valor, exigência técnica, ou risco de fragmentação, comprometeriam a execução adequada e a economicidade do contrato. Permanecem aplicáveis às ME/MEI os direitos assegurados pela legislação quando compatíveis com a responsabilidade de proteção do interesse público e observadas as exceções legais

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO RICARDO DA SILVA
Data: 16/12/2025 09:56:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paulo Ricardo da Silva
Matrícula: 1629502

Documento assinado digitalmente
gov.br ADILAINE CRISTINA FURTADO
Data: 16/12/2025 09:59:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adilaine Cristina Furtado
Matrícula: 1408805

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA PAULA PELEGRINI
Data: 16/12/2025 10:09:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Paula Pelegrini
Matrícula: 1097803

TARCIZO
ZANELATO:3788
4131900

Assinado de forma digital por
TARCIZO
ZANELATO:37884131900
Dados: 2025.12.16 09:55:41
-03'00'

TARCIZO ZANELATO
Secretário de Obras